



cedsif, IP

Centro de Desenvolvimento de
Sistemas de Informação de Finanças,
Instituto Público

ANEXO V: RESUMO DE PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO ANO 2020

MAPUTO, SETEMBRO DE 2022



RESUMO DO BALANÇO DA EXECUÇÃO DO PAO 2020

O exercício económico de 2020, foi caracterizado por ambiente adverso face à eclosão da pandemia do COVID 19, que condicionou a realização de uma série de actividades de forma presencial, e exigindo fortes medidas de distanciamento social entre os colaboradores do CEDSIF, IP e os utilizadores do e-SISTAFE.

A nível da gestão, foi essencialmente dedicado ao estabelecimento do quadro legal que norma o funcionamento da instituição, configurando-se como um ano transitório para a fase do CEDSIF como instituto público.

Não obstante o contexto adverso, os resultados alcançados inserem-se na consolidação do previstos para o quinquénio anterior e que permitiram o alcance de avanços substanciais em acções de reforma da gestão das Finanças públicas, bem como a entrega de serviços e produtos complementares às finanças públicas, sendo de destacar como principais realizações, o seguinte:

1. A nível da disponibilidade e utilização da plataforma informática de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado, o e-SISTAFE, foi garantida a sua disponibilidade para um total de 1.516 órgãos e instituições do Estado – Unidades Gestoras Beneficiárias de uma parcela do Orçamento do Estado (UGB) em todos níveis, das 1.610 UGB existentes com tabela de despesa no Orçamento do Estado de 2020.

Refira-se que o e-SISTAFE esteve operacional em **152** distritos, dos **154** existentes, com a excepção dos distritos de Limpopo, na Província de Gaza, e de Luabo, na Província de Zambézia.

A disponibilidade do e-SISTAFE, garantiu:

- i. O processamento com sucesso um total de **8.519.310** Ordens de Pagamento (OP), representa um crescimento na emissão de OP na ordem de **4,7%** face às **8.134.047** processadas em igual período de 2019;
- ii. A execução da despesa pela Via Directa¹ em **68,71%** da despesa total do Estado, que representa um decréscimo de **0,78%** face ao registado em 2019 (**69,49%**);

¹ Pagamentos efectuados directamente da Conta Única do Tesouro – CUT para a conta do beneficiário final, sendo estes fornecedores de bens e serviços, Funcionários e Agentes do Estado, entre outros.

- iii. Processamento e pagamento de salários e remunerações através da Via Directa (VD) até 31 de Dezembro correspondente a **99,94%** a Funcionários e Agentes do Estado (FAE) cadastrados e com Prova de Vida realizada.

Referente a utilização, foram:

- i. formados e reciclados **3.548** utilizadores do e-SISTAFE, sendo **1.193** a nível central e **2.355** a nível provincial nas diversas aplicações; e
- ii. Prestados serviços de assistência ao utilizador do e-SISTAFE, tendo sido registadas **13.300** solicitações dos utilizadores, das quais **11.946 (89,82%)**, foram resolvidas em tempo útil, contra **12.110** solicitações dos utilizadores em 2019, das quais foram resolvidas **11.122 (91,84%)**.

2. No aperfeiçoamento e adequação do e-SISTAFE, foram efectuadas várias melhorias na esfera aplicacional, destacando-se as seguintes acções:

- i. Alterações de adequação para o uso pelos órgãos de governação descentralizada provincial no Módulo de Elaboração do Orçamento e Módulo de Execução Orçamental (MEX), para permitir a carga e execução do orçamento, bem como transferir os FAE e efectuar o pagamento de seus salários;
- ii. Realização de piloto em ambiente de treino no Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) desenvolvido no ano de 2019;
- iii. Desenvolvimento de funcionalidades para garantir independência dos Órgãos de Gestão Descentralizada Provincial em relação ao nível central na execução despesa e gestão do orçamento (programação financeira, recolha da receita, alterações orçamentais); e
- iv. Operacionalização da validação do par NUIT/NIB para todas as transferências realizadas do e-SISTAFE para os bancos comerciais, contribuindo para o aumento da segurança dos pagamentos efetuados a partir do e-SISTAFE.

3. Ao nível do Subsistema de Administração do Património do Estado foi operacionalizado o Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) em **229** instituições (**218** de nível central e **11** provincial), e desenvolvidas as funcionalidades para o Concurso por Lances.

Foram criadas no MPE as condições para que o Tribunal Administrativo (TA) atribua eletronicamente o Visto nos contratos para o fornecimento de bens e serviços ao Estado, no âmbito da interoperabilidade entre o e-SISTAFE (MPE) e o Sistema do TA.

Foi também operacionalizada a interoperabilidade entre o Cadastro de Empreiteiros e Fornecedores de Bens e Serviços ao Estado (CEF) e o e-Tributação, que assegura a comunicação directa entre as duas aplicações.

Foi implementado o Portal de Contratação Pública (PCP), prevendo-se que esteja disponível depois de aprovado.

- 4. A nível do e-Tributação,** Foram desenvolvidas as funcionalidades da Entrega 3 do e-Tributação que compreende as funcionalidades para a gestão de Outros Impostos² e Processos Comuns³.

Iniciado o piloto da Entrega 2 do e-Tributação, na Unidade de Grandes Contribuintes da Cidade de Maputo, que consistiu na cobrança de Impostos sobre Rendimento (Declaração Mensal de Retenção na Fonte e Declaração anual) e Taxa sobre Combustíveis, estando em expansão o pagamento de impostos via banco para o IVA e ISPC, tendo aderido a este mecanismo os seguintes bancos: Banco Comercial de Investimentos (BCI), Standard Bank (STB) e African Bank Corporation (ABC). Foi ainda finalizada a implantação da primeira versão do Portal do Contribuinte em ambiente de produção.

- 5. A nível do Sistema de Gestão Autárquica,** foi lançado oficialmente a Fase-1 do Piloto do Projecto Sistema de Gestão Autárquico (SGA), na componente e-SISTAFE Autárquico, tendo sido operacionalizado nos Municípios das Cidades de Maputo e Matola e da Vila de Boane e posteriormente expandiu-se a operacionalização para 13 Autarquias⁴, totalizando 16 Autarquias. Estas 13 autarquias beneficiárias da expansão elaboraram em 2020 o orçamento para 2021 no ambiente do e-SISTAFE Autárquico e iniciarão a execução do mesmo em 2021 no Módulo de execução Orçamental do e-SISTAFE Autárquico (MEX – Autárquico).

- 6. A nível do Sistema de Gestão da Dívida,** elaborado o documento da estratégia de desenvolvimento do Sistema face a decisão do MEF de se proceder à migração do actual sistema designado por CS-DRMS (plataforma usada para a gestão da dívida pública) para o MERIDIAN, ambos propriedade do Secretariado da *Commonwealth*, tendo sido realizadas

² Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos, e demais impostos cobrados através do Modelo B Geral.

³ Gestão de Processos de Auditoria e Fiscalização, Gestão de Perfil de Risco do Contribuinte, Gestão de Juízo de Execuções Fiscais, e gestão de alertas.

⁴ Cidade de Xai-Xai, Vila de Chibuto, Cidade de Inhambane, Vila de Dondo, Vila de Nhamatanda, Cidade da Maxixe, Vila de Mandimba, Cidade de Nampula, Vila de Mocuba, Distrito de Chiúre, Cidade de Chimoio, Distrito de Gondola e Cidade de Lichinga.

actividades de pré-migração do sistema e emitido um relatório de diagnóstico das situações a corrigir para permitir a migração de dados.

- 7. A nível do Subsistema de Controlo Interno (actual Subsistema de Auditoria Interna),** concluído o desenvolvimento das funcionalidades do Módulo do Controlo Interno (actual Módulo de Administração das Auditorias Internas) relativas à Gestão das Listas de Verificação de Auditoria, Administração, Programação do Controlo Interno, e Planificação e Execução de Auditorias.
- 8. A nível do Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP),** desenvolvidos e disponibilizados os 7 indicadores-chave do desempenho da educação, que podem ser vistos em várias dimensões, permitindo diversas análises de suporte ao processo gerencial e de formulação de políticas públicas.
- 9. A nível do Sistema de Gestão de Segurança de Informação,** efectuadas diversas melhorias de segurança, relacionadas com acesso dos utilizadores e operadores do e-SISTAFE, conferindo maior confiança e comodidade no uso e administração do e-SISTAFE.
- 10. A nível da Evolução do Sistema de Transferências dos Fundos do Estado,** foi efectuada análise comparativa e adopção de uma nova ferramenta de comunicação entre os sistemas e iniciado os ajustes dos mesmos em função dos requisitos de negócio.
- 11. A nível de elaboração de instrumentos normativos da Gestão das Finanças Públicas,** feita a coordenação da revisão da Lei do SISTAFE, tendo sido ajustada aos processos e procedimentos actuais de administração do erário, que incluem a descentralização em curso no País, tendo sido aprovada pela Assembleia da República a nova Lei do SISTAFE, Lei nº 14/2020, de 23 de Dezembro de 2020.
- 12. A nível da plataforma informática do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE),** foram efectuadas melhorias correctivas e evolutivas das funcionalidades que compõem os módulos já desenvolvidos do e-SNGRHE que permitiram (i) o pagamento de subsídios aos profissionais que realizam trabalho em condições excepcionais (Inclusão do subsídio de risco para profissionais da área da saúde e afins no âmbito da pandemia da COVID-19); e (ii) disponibilizar a funcionalidade de Afectação Massiva de FAE, que

permite efectuar a transferência em massa de FAE de uma Unidade Orgânica para outra, em função de reestruturação, fusão, extinção e/ou criação de orgânicas.

13. A nível do Sistema Informático de Suporte às Funções do Ministério Público (SISMP), procedeu-se ao ajuste do Modelo Conceptual por forma a passar a abranger todas as jurisdições do Ministério Público (MP), uma vez que inicialmente somente abrangia a jurisdição administrativa.

Foi também concluído a elaboração do Modelo Ideal da Jurisdição Criminal, que apresenta a visão holística do tramite processual da Jurisdição Criminal, demonstrando o mapeamento dos processos e procedimentos de trabalho modernizado através do uso da ferramenta electrónica de apoio. Ainda neste âmbito, deu-se o início a elaboração do modelo de negócio e do desenvolvimento de funcionalidades do Módulo Integrador de Dados (MID).

14. A nível do Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas de Protecção Social Básica (SGB), dada continuidade ao desenvolvimento de funcionalidades para o pagamento de subsídios com recurso a plataformas de moeda electrónica, tendo entrado em funcionamento o Sistema de Pagamentos Automatizados integrado com o M-Pesa (permitiu o pagamento a **7.859** beneficiários).

15. A nível do Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM), produto da Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM), iniciado o desenvolvimento das respectivas funcionalidades, tendo sido finalizado, até 31 de Dezembro de 2020, o Módulo de Negociação por Apregoação por Oferta-web, e está em processo de desenvolvimento o Módulo de Negociação por Leilão-web.

16. A nível do sistema informático do Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA), concluído o seu desenvolvimento e formados seis formadores do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), que irão assegurar a orientação dos extensionistas no preenchimento correcto de dados na Plataforma CUPA.

Para a realização das suas actividades, o CEDSIF, IP contou com **309** colaboradores e teve uma execução orçamental acumulada no valor de **913.936.125,61 MT** face a uma dotação orçamental actualizada de **1.149.988.681,02 MT**, o que equivale a **79,47%** de execução orçamental. O nível de execução orçamental é explicado significativamente pelo eclodir da pandemia da COVID 19 que

impossibilitou a realização de algumas das actividades que absorviam parte significativa dos recursos e pela dificuldade de cumprimento da regra de origem da União Europeia (EU) pelos fornecedores no âmbito do fornecimento de equipamentos financiado pela subvenção da UE, que obrigou a solicitação de derrogação dos contratos à União Europeia.